

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.535 - SP (2019/0272270-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO : BRUNO FRANCO DOS SANTOS ROCHA
ADVOGADO : LUIZ ANTONIO LEOPOLDINO - SP389972

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça local, que deu parcial provimento ao apelo defensivo para absolver o acusado Bruno Franco dos Santos Rocha da prática do delito previsto no art. 244-B, da Lei n. 8.069/1990, com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, mantendo inalterada a condenação deste como incurso no crime tipificado no artigo 157, §§ 1º e 2º, inciso II, do Código Penal, às penas de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e 13 (treze) dias-multa, a ser cumprida no regime inicial fechado (e-STJ fls. 389/401).

Consta dos presentes autos que o ora recorrido foi denunciado como incurso nas penas do artigo 157, §§ 1º e 2º, inciso II, do CP e no artigo 244-B, da Lei n. 8.069/1990, na forma do artigo 69, do CP, em razão de, supostamente, no dia 28/9/2016, em concurso com o adolescente Lucas Alexandre Andrade de Oliveira e outras 5 (cinco) pessoas não identificadas, subtrair, mediante escalada e rompimento de obstáculo, bens da vítima Luiz Alberto Alves dos Santos e, logo depois, para assegurar a detenção da *res furtivae*, agredir e ameaçar de morte Silas Barbosa da Silva (e-STJ fls. 147/149).

O Juízo sentenciante julgou procedente a ação penal, condenando o ora recorrido como incurso nas penas do artigo 157, §§ 1º e 2º, inciso II, do CP e no artigo 244-B, da Lei n. 8.069/1990, na forma do artigo 69, do CP, às penas de 6 (seis) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e 13 (treze)

Superior Tribunal de Justiça

dias-multa, impondo o regime fechado para o início do cumprimento da reprimenda (e-STJ fls. 304/308).

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 409/436), alega a parte recorrente violação do artigo 244-B, da Lei n. 8.069/1990. Sustenta, em síntese, que a corrupção de menor é crime formal, não se exigindo prova da efetiva corrupção do inimputável, sendo suficiente para a consumação do delito a comprovação de que o menor participou da prática delitiva na companhia de maior de 18 (dezoito) anos. Busca apresentar dissídio jurisprudencial.

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ fls. 466/472), o recurso foi admitido (e-STJ fls. 476/477), manifestando-se o Ministério Público Federal, nesta instância, pelo provimento do recurso especial (e-STJ fls. 487/490).

É o relatório. **Decido.**

O recurso merece acolhida.

No que concerne à configuração do delito de corrupção de menores, o Tribunal *a quo* assim se manifestou para absolver o acusado da prática do referido crime (e-STJ fls. 398/399):

Corrupção de menores.

No que refere ao delito de corrupção de menores, observo que as provas coligidas não são suficientes para comportar uma condenação.

A posição acolhida por esta Turma Julgadora é de que o crime previsto no artigo 244-B da Lei 8.069/90 exige prova efetiva da corrupção ou facilitação, não se podendo presumi-las a partir do simples cometimento do crime em conjunto.

Não se desconhece que a Colenda 3ª Turma do Excelso Superior Tribunal de Justiça, no julgamento de recursos especiais representativos de controvérsia, ambos de Relatoria do eminente Min. Marco Aurélio Bellizze (REsp nº 1.112.326/DF e Resp nº 1.127.954/DF), decidiu que "para a configuração do crime de corrupção de menores, atual artigo 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, não se faz necessária a prova da efetiva corrupção do menor, uma vez que se trata de delito

Superior Tribunal de Justiça

formal, cujo bem jurídico tutelado pela norma visa, sobretudo, a impedir que o maior imputável induza ou facilite a inserção ou a manutenção do menor na esfera criminal".

Contudo, e tributado o devido respeito ao duto entendimento lançado nos aludidos arestos, tem-se que a configuração do crime em discussão é de natureza material e, portanto, exige prova efetiva de que o menor foi vítima de corrupção, até porque não se pode corromper aquele que já está corrompido.

No caso dos autos, como dito alhures, não se demonstrou que o réu tenha estimulado a criminalidade ou, ainda, facilitado a perversão do menor, e afigurava-se indispensável a efetiva comprovação da anterior inocência deste, assim como de que a perdeu em virtude da ação criminosa praticada juntamente com aquele, ônus, aliás, do qual não se desincumbiu o ora recorrente.

Ser coadjuvante de maior de idade, na prática de delito, não significa, autonomamente, tenha sido o menor corrompido pelo maior, ou que este facilitara a perversão daquele.

Basta que se tenha em mente que inúmeras quadrilhas de roubadores são lideradas por menores, não passando os maiores e pretensamente sempre os corruptores, caso adotado o novel entendimento de meros auxiliares.

Nesse contexto fático, de rigor a absolvição pelo delito disposto no artigo 244-B da Lei 8.069/90.

[...]. - grifei

Ocorre que o entendimento esposado pela Corte local se encontra em dissonância com a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça.

Como é cediço, para a configuração do crime de corrupção de menores – atual artigo 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente –, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp n. 1127954/DF, DJe 1/2/2012, e do REsp n. 1112326/DF, DJe 8/2/2012, ambos julgados em 14/12/2011, de relatoria do Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, sob o rito do art. 543-C, c/c 3º do CPP, consolidou o entendimento no sentido de que *não se faz necessária a prova da efetiva corrupção do menor, uma vez que se trata de delito formal, cujo bem jurídico tutelado pela norma visa, sobretudo, a impedir que o maior imputável induza ou facilite a inserção ou a manutenção do menor na esfera criminal.* Abaixo, as ementas

dos referidos julgados:

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. PENAL. CORRUPÇÃO DE MENORES. PROVA DA EFETIVA CORRUPÇÃO DO INIMPUTÁVEL. DESNECESSIDADE. DELITO FORMAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DECLARADA DE OFÍCIO, NOS TERMOS DO ARTIGO 61 DO CPP.

1. Para a configuração do crime de corrupção de menores, atual artigo 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, não se faz necessária a prova da efetiva corrupção do menor, uma vez que se trata de delito formal, cujo bem jurídico tutelado pela norma visa, sobretudo, a impedir que o maior imputável induza ou facilite a inserção ou a manutenção do menor na esfera criminal.

2. Recurso especial provido para firmar o entendimento no sentido de que, para a configuração do crime de corrupção de menores (art. 244-B do ECA), não se faz necessária a prova da efetiva corrupção do menor, uma vez que se trata de delito formal; e, com fundamento no artigo 61 do CPP, declarar extinta a punibilidade dos recorridos Célio Adriano de Oliveira e Anderson Luiz de Oliveira Rocha, tão somente no que concerne à pena aplicada ao crime de corrupção de menores. (REsp 1127954/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/12/2011, DJe 1/2/2012).

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. PENAL. CORRUPÇÃO DE MENORES. PROVA DA EFETIVA CORRUPÇÃO DO INIMPUTÁVEL. DESNECESSIDADE. DELITO FORMAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DECLARADA DE OFÍCIO, NOS TERMOS DO ARTIGO 61 DO CPP.

1. Para a configuração do crime de corrupção de menores, atual artigo 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, não se faz necessária a prova da efetiva corrupção do menor, uma vez que se trata de delito formal, cujo bem jurídico tutelado pela norma visa, sobretudo, a impedir que o maior imputável induza ou facilite a inserção ou a manutenção do menor na esfera criminal.

2. Recurso especial provido para firmar o entendimento no sentido de que, para a configuração do crime de corrupção de menores (art. 244-B do ECA), não se faz necessária a prova da efetiva corrupção do menor, uma vez que se trata de delito formal; e, com fundamento no artigo 61 do CPP, declarar extinta a punibilidade dos recorridos Peter Lima Mendes e

Superior Tribunal de Justiça

Fleurismar Alves da Silva, tão somente no que concerne à pena aplicada ao crime de corrupção de menores. (REsp 1112326/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/12/2011, DJe 8/2/2012).

O tema está sedimentado, inclusive, na Súmula n. 500 do STJ, segundo a qual, *a configuração do crime do art. 244-B do ECA independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal.*

Dessa forma, reconhecida a participação de menor na prática delitiva, fica caracterizada a prática do crime previsto no art. 244-B, do Estatuto da Criança e do Adolescente, devendo ser restabelecida a sentença que condenou o acusado pelo referido delito à pena de 1 (um) ano de reclusão, mantidos os demais critérios da condenação.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inciso V, alíneas "a" e "b", do CPC e no art. 255, § 4º, inciso III, do RISTJ, **dou provimento** ao recurso especial, para restabelecer a condenação do acusado BRUNO FRANCO DOS SANTOS ROCHA como incurso nas sanções do art. 244-B, da Lei n. 8.069/1990, ficando as penas deste, pelos delitos do art. 157, §§ 1º e 2º, inciso II, do CP e do art. 244-B, da Lei n. 8.069/1990, na forma do artigo 69, do CP, definitivamente fixadas em 6 (seis) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e 13 (treze) dias-multa, mantidos os demais termos da condenação.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator